

A musicografia braille e o desenho universal para a aprendizagem: uma proposta didática/pedagógica

Comunicação

*Jonatas Souza e Silva
Instituto Federal do Ceará
jonatas.souza.silva04@aluno.ifce.edu.br*

Resumo: O presente trabalho contextualiza algumas particularidades do ensino de música para pessoas com deficiência visual, mais especificamente sobre a musicografia braille e objetiva a sistematização e avaliação de uma proposta didática/pedagógica construída a partir dos princípios orientadores do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Com abordagem qualitativa, a pesquisa terá como estratégia metodológica os conceitos da pesquisa-ação, e o apoio de formulários e entrevistas. A proposta encontra-se em andamento, mas buscamos que os resultados alcançados colaborem para a diminuição da escassez de material técnico/teórico musical em braille, e contribua para o processo de autonomia do estudante/professor de música com deficiência visual.

Palavras-chave: Musicografia Braille. Desenho Universal para a Aprendizagem. Educação Musical Inclusiva e Especial.

Introdução

Quando tratamos sobre a relação entre música e deficiência visual, encontramos diversos caminhos e particularidades. Existe o aspecto histórico que tem nessa relação o sinônimo de mendicância e marginalidade. Há também um senso comum que acredita que o cego possui uma compensação sensorial pelo fato da não utilização da visão, por isso exista um aumento na capacidade de um dos sentidos, nesse caso a audição. Reily (2008) apresenta essa relação a partir de diferentes enfoques:

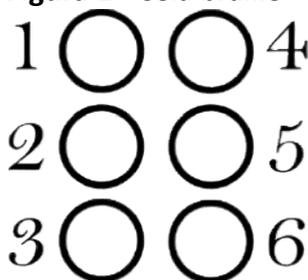
Do ponto de vista médico, as evidências dos estudos neurológicos sugerem que a plasticidade cerebral leva a uma reorganização de funções mentais superiores de modo a valorizar a linguagem, a memória e a musicalidade como modalidades para constituição de sentidos. Para antropólogos o que interessa é o lugar social do músico, enquanto a psicologia se preocupa com os mecanismos de compensação. Assim, profissionais dos campos da medicina, da psicologia e da antropologia interpretam a capacidade musical das pessoas com deficiência visual de diferentes maneiras, mas concordam que a música na vida de uma pessoa com cegueira pode ter uma dimensão

especialmente significativa. (REILY, 2008, p. 250).

Expandindo o campo da educação musical de pessoas com deficiência, temos em Louro (2006), a neuroplasticidade, as tecnologias assistivas e as adaptações pedagógicas como adaptações em prol do fazer musical das pessoas com deficiência. Tudissaki (2015), tratando diretamente sobre o ensino de música para pessoas com deficiência visual, faz uma leitura sobre as adaptações propostas por Louro (2006) e apresenta a musicografia braille enquanto importante ferramenta pedagógica.

Aproximando-se da musicografia braille, inicialmente temos que entender o sistema braille. Criado pelo francês Louis Braille (1809-1852), o sistema tem o ano de 1825 como marco de criação. A ferramenta baseia-se em seis pontos, organizados em duas colunas verticais com três pontos cada (a cela braille), realçados e perceptíveis ao tato. A organização dos pontos gera uma combinação de 63 caracteres diferentes, que podem representar as letras, números, sinais matemáticos e a música.

Figura 1 - Cela braille



Fonte: Imagem do autor.

A musicografia braille, também desenvolvida por Braille, é a ferramenta legítima de escrita e leitura dos símbolos musicais em relevo, específica às pessoas com deficiência visual. A obra “Procédé pour écrire les paroles, la musique et la plainchant au moyen de points” (método para escrever as palavras, a música e o cantochão por meio dos pontos), criada por Louis Braille, data de 1829, sendo aperfeiçoada ao longo dos anos e tem 1834 como ano de reconhecimento (TOMÉ, 2003).

Outras maneiras de representação da música em braille foram criadas em 1871 (Inglaterra), 1879 (Alemanha) e 1887 (França), todas após o falecimento de Braille. As propostas se diferenciavam em alguns pontos, e foi-se necessário estabelecer um alinhamento

para uma melhor comunicação da grafia entre músicos cegos. Em 1888, representantes da Inglaterra, Alemanha, França e Dinamarca participaram de um encontro na cidade de Colônia (Alemanha), e organizaram um documento com algumas normas acordadas e padronizações definidas coletivamente (SOUZA, 2014, p. 31).

Diversas convenções internacionais foram necessárias e importantes para chegarmos à padronização que a musicografia braille possui atualmente. Destacamos a conferência de Saanen (Suíça), realizada em 1992 que resultou na publicação do “Novo Manual de Musicografia Braille”, disponível em vários idiomas e em braille.

No Brasil, o sistema braille chega em 1850, pelas mãos do jovem cego José Álvares de Azevedo (1834 - 1854) - Patrono da Educação dos Cegos no Brasil, que retornara dos estudos em Paris (França). O esforço do promissor professor na educação de cegos no Brasil recebeu apoio e reconhecimento do Imperador D. Pedro II, fato que resultou na criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (LEMOS & CERQUEIRA, 2003, p. 26).

Observo que mesmo após 191 anos de publicação da primeira obra que apresenta a musicografia braille para o mundo, ainda há um campo aberto, repleto de interrogações e promissor a pesquisa científica, particularmente no que se refere ao ensino/aprendizagem da mesma.

Essas reflexões partem de maneira natural da aproximação do pesquisador pela temática do trabalho, inicialmente durante os primeiros passos da formação artística/musical, seguindo pela atuação como transcritor braille (bolsista do Núcleo de Musicografia Braille do Curso de Música da Universidade Federal do Ceará¹ e posteriormente como transcritor do site música em pontos²), e professor de música (escolas especializadas na educação de pessoas com deficiência visual da cidade de Fortaleza – CE e cursos livres). É a partir dessa experiência em diálogo com as leituras (referencial teórico), que observamos algumas lacunas quanto as suas possibilidades de ensino/aprendizagem da musicografia braille.

¹ O Núcleo de Musicografia Braille tinha como principal objetivo transcrever o material didático pedagógico do Curso de Música para o braille, preparando o espaço para receber um discente com deficiência visual.

² Website que objetiva compartilhar partituras em braille gratuitamente, assim como trabalhos acadêmicos sobre a temática da musicografia braille e ensino de música para pessoas com deficiência visual. Disponível em: <http://www.musicaempontos.com.br/>.

Objetivo Geral

Organizar e avaliar uma proposta didática/pedagógica acessível às pessoas com deficiência visual para o ensino/aprendizagem da musicografia braille, a partir do desenho universal para a aprendizagem.

Objetivo Específicos

- Identificar e analisar as propostas já existentes no Brasil para o ensino/aprendizagem da musicografia braille a pessoas com deficiência visual;
- Reconhecer os diferentes desenhos de aprendizagem legítimos e possíveis às pessoas com deficiência visual e demais interessados sobre o assunto.
- Produzir uma proposta didática/pedagógica em braille, alinhando o ensino da musicografia braille à teoria musical tradicional.

Justificativa

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/15 Estatuto da Pessoa com Deficiência), ao tratar dos direitos fundamentais, se debruça sobre os direitos à educação, e estabelece no Art. 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

A proposta da presente pesquisa, é transversal aos temas educação e artes, pois se propõe a investigar as relações de ensino aprendizagem no campo da educação inclusiva/especial, referente ao ensino de música, especificamente a musicografia braille.

Um dos pontos que justificam a execução do trabalho diz respeito à escassez de materiais produzidos em braille, sejam partituras ou propostas pedagógicas. Autores como Bonilha (2006, 2010), Souza (2014), Tudissaki (2015), Bezerra (2016) entre outros, reforçam a lacuna na produção de tais materiais técnicos especializados.

Outro aspecto importante diz respeito às metodologias para o ensino da leitura/escrita musical, e por sua vez os métodos, que são construídos tem como referência o discente normovisual e a grafia tradicional em tinta. Há diferenças básicas entre os códigos (tinta, braille), que devem ser respeitados nas metodologias e métodos de ensino. Dessa forma, fica claro que não apenas pela efetivação da transcrição do material em tinta para o braille que teremos a garantia do acesso concreto ao conteúdo.

Em posse dos fundamentos da musicografia braille, o aluno se sente livre e independente para assimilar toda e qualquer partitura e para escrever músicas com total autonomia. E essa sensação de liberdade pode levá-lo a se dedicar cada vez mais ao aprimoramento das habilidades ligadas à leitura e à escrita musical. (BONILHA, 2010, p.15)

Observo que a produção de uma proposta didática/pedagógica para o ensino/aprendizagem da musicografia braille, direcionada aos estudantes de música com deficiência visual (em qualquer nível ou espaço de ensino) que necessitem da apreensão da leitura/escrita musical, possibilite a construção de uma autonomia por parte do discente, promova (a partir de uma reflexão epistemológica) a produção de novas propostas e/ou pesquisas acadêmicas, e garanta o acesso (já previsto em Lei) de todos à educação.

Referencial Teórico

Este trabalho parte da reflexão do (Eu) pesquisador-artista-docente, enquanto professor de música de alunos com deficiência visual. Dessa maneira apoia-se nos referenciais pertinentes à temática do professor reflexivo, Schön (2000) (inserido direta/indiretamente no campo do ensino de artes/música), na produção científica que trata especificamente dos caminhos do ensino/aprendizagem da musicografia Braille, Bonilha (2010) e na gênese dos princípios orientadores do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), Meyer, Rosa e Gordon (2002).

Refletindo sobre a prática docente, Schön afirma:

A prática reflexiva deve ser considerada como um elemento-chave da educação profissional, pois favorece o encontro de respostas às situações novas do cotidiano docente. Segundo ele, deve-se integrar a teoria com a prática, por meio da reflexão-na-ação e sobre-a-ação, ou seja, do aprender

por meio do fazer. (SCHÖN 2000, apud. ARAÚJO, 2006, p. 145)

Bonilha (2010), ao apresentar os fundamentos teóricos do ensino e aprendizagem da musicografia braille, dedica dois tópicos que serão primordiais para a execução da presente pesquisa. O primeiro caracteriza os desafios a serem enfrentados durante o aprendizado da musicografia, e o segundo indica um delineamento do aprendizado da notação musical em braille.

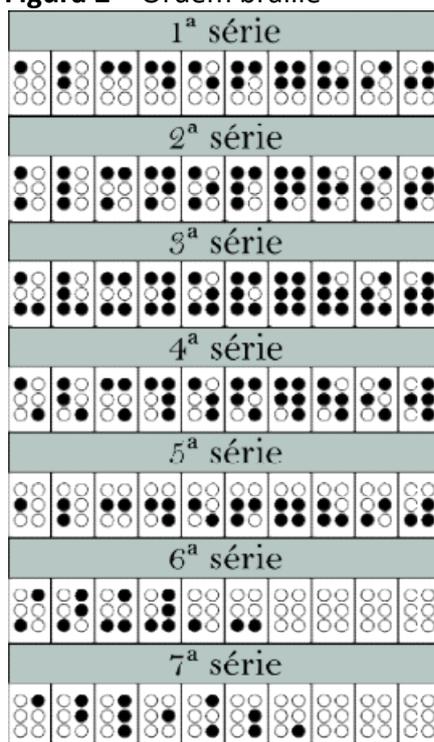
Quanto aos desafios existentes durante o aprendizado da musicografia, a autora apresenta: Compreensão estrutural da musicografia braille; Leitura musical dissociada de outras formas de representação em braille; Reconhecimento de padrões; Apreensão de partes musicais simultâneas; Apreensão da escrita musical paralelamente à leitura e Familiaridade com os símbolos musicais em tinta.

A compreensão estrutural da musicografia braille nos expõe a importância da “ordem braille” para o processo de memorização dos símbolos musicais e entendimento da organização do sistema.

Por isso, o primeiro contato com a simbologia musical deve ser feito com base na “ordem braille”, possibilitando ao aluno uma compreensão geral acerca da notação musical. Assim, por exemplo, ele assimila facilmente que, em braille, as notas são representadas sempre a partir do quarto caractere de cada linha, até o décimo caractere, sendo que, em cada linha, são representados valores diferentes. Ou, compreende, por exemplo, que os sinais das oitavas são constitutivos da sexta³ linha. (BONILHA, 2010, p. 46).

³ Há um pequeno equívoco na referência em citar a sexta linha da ordem braille, o correto seria a sétima linha.

Figura 2 – Ordem braille



Fonte: Imagem do autor.

Outro desafio apresentado por Bonilha (2010), está ligado à quantidade limitada de caracteres do braille, e às outras formas de representação (letras, números etc). Por esse motivo, a autora defende que não é conveniente a associação das notas musicais às letras no processo de aprendizagem. A musicografia braille deve ser entendida de maneira independente de qualquer outra simbologia.

No reconhecimento de padrões, a pesquisadora chama a atenção para as particularidades da leitura tátil que se configura sobretudo pela linearidade (caractere por caractere), diferentemente da grafia musical em tinta onde pode-se ler de uma maneira mais global. Logo, a prática leitora do sistema braille leva o músico ao reconhecimento de modelos rítmicos e/ou padrões do encadeamento de acordes, que tornarão a leitura mais dinâmica e fluida. Assim como a assimilação sobre as partes musicais simultâneas, que exigem bastante experiência na leitura, e necessitam de um apoio auditivo para a real compreensão das partes.

Com relação a apreensão de conceitos teóricos, vemos que a aprendizagem da musicografia braille necessita imprescindivelmente da aquisição do conhecimento da teoria

musical geral. Observamos que por vezes essa característica não é respeitada, entendendo que ter proficiência sobre a grafia musical braille não garante habilidade teórico musical, quiçá técnica.

O aprendizado da escrita musical ocorre paralelamente ao da leitura, mas possui peculiaridades distintas desse último. Para escrever um trecho musical, o aluno precisa dominar a musicografia braille em mais profundidade do que para ler. Ele precisa ser apto a dispor os símbolos corretamente, no papel, de modo a transmitir adequadamente as informações musicais que escreve. (BONILHA, 2010, p. 50).

O sistema braille possui distintos meios de escrita, os mais comuns são a reglete, a máquina Perkins, a linha braille e os softwares para computadores. Esses possuem modos diferentes de aferição da correta disposição dos símbolos, fundamentais no processo dado que a ação de escrever pressupõe um maior domínio sobre a grafia braille.

Por fim, o último desafio durante à aprendizagem da musicografia braille tem relação com o entendimento sobre os símbolos musicais em tinta, fundamentalmente importantes pois auxiliam os músicos com deficiência visual no entendimento de conceitos e padrões teóricos, colabora com a comunicação em propostas de educação musical inclusiva (relação aluno x aluno, professor x aluno), facilita na possível atividade docente desse músico a alunos normovisuais e supre a constante curiosidade sobre a grafia musical em tinta. (BONILHA, 2010, p.51).

No que diz respeito ao aprendizado da notação musical em braille, Bonilha (2010) traça uma perspectiva que inclui:

Apreensão das notas musicais;

Em braille, o aluno precisa se familiarizar inicialmente com as notas em colcheias, já que delas se derivam as notas com outros valores. [...] Um bom reconhecimento das notas em colcheias constituirá a base para o aprendizado da leitura de outros valores. Posteriormente, deve ser realizado o contato com as notas formadas a partir do acréscimo dos pontos 3 e 6, que constituem as demais durações. (BONILHA, 2010, p.52).

Diferentemente da maioria das metodologias de ensino da grafia musical tradicional em tinta, a musicografia braille possui a característica de iniciar o entendimento das notas musicais pelas colcheias. Uma particularidade está na combinação da nota musical com o

seu valor rítmico em uma única cela braille, diferentemente da representação em tinta.

Assimilação de padrões rítmicos; com respeito à aprendizagem de padrões rítmicos, Bonilha (2010) sugere o exercício de grupos rítmicos para o reconhecimento desses agrupamentos nos compassos. Para isso, ainda se faz necessário a apropriação das fórmulas de compasso e sinais de repetição.

Assimilação dos sinais de oitava; os sinais de oitava estão dispostos na 7ª série da ordem braille, da primeira a sétima oitava, onde todos os sinais são escritos do lado direito da cela. As regras de aplicações dos sinais são específicas, e requerem domínio da contagem de intervalos. As normas dos intervalos (melódicos) de segunda, terça, sexta e sétima são primeiramente apresentados, em seguida os de quarta e quinta. (BONILHA, 2010, p. 54).

Representação da armadura de clave; inicialmente deve-se conhecer os sinais de sustenido, bemol e bequadro, com o apoio da ordem braille. Diferentemente da escrita em tinta, a armadura de clave em braille informa apenas a quantidade de alterações, por isso faz-se necessário a compreensão sobre as escalas e tonalidades, bem como o conceito dos acidentes no seu instrumento. (BONILHA, 2010).

Leitura de acordes; para a leitura de acordes em braille o músico deverá apropriar-se dos sinais de intervalo, junto ao entendimento do padrão de encadeamento dos acordes, tríades e tétrades. Assim, Bonilha (2010) propõe a memorização dos intervalos na seguinte sequência: terça e quinta, quarta e sexta, oitava, sétima, segunda.

Leitura de obras/trechos polifônicos; para a leitura de diferentes vozes, a musicografia braille apresenta algumas peculiaridades, principalmente pelo fato de a leitura ser linear (horizontal). A polifonia pode se apresentar por vários instrumentos que devem ser executados simultaneamente, ou mesmo por diferentes linhas melódicas em um só instrumento. Na musicografia há os sinais de “em-acorde, total e parcial” que auxiliam nessa compreensão e devem ser apreendidos separadamente. O estudo do contraponto facilita diretamente o entendimento da polifonia. Bonilha (2010) afirma que a sobreposição de vozes, no âmbito do braille, necessita ser assimilada a partir de um referencial auditivo.

Representação de sinais acessórios; a autora apresenta como sinais acessórios: as nuances, ligaduras, dedilhados, dinâmica, ornamentos, repetições parciais, abreviações de sequências, duplicação de símbolos. Além de símbolos especiais: notas com duplas hastes,

notas móveis, sinais de coincidência de notas e agrupamentos rítmicos. Também afirma que:

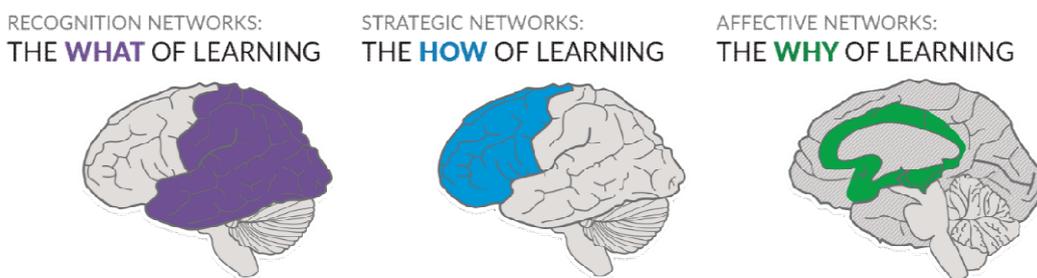
Tendo adquirido os fundamentos básicos da leitura e os conceitos de Teoria Musical imprescindíveis a este processo, o aluno se torna capaz de identificar sinais que para ele sejam novos, por meio de consulta ao Novo Manual Internacional de Musicografia Braille, ou com a ajuda de especialista. Esse auxílio, entretanto, é de natureza distinta daquele prestado no início do aprendizado, restringindo-se a apoiar o aluno em suas próprias descobertas. (BONILHA, 2010, p. 58).

Enquanto Bonilha dá suporte teórico a pesquisa, no que se refere aos conteúdos relacionados à musicografia braille que devem ser apresentados, de maneira que respeitem às especificidades da aprendizagem da música por uma pessoa com deficiência visual, o DUA nos orienta na utilização de diversas ferramentas e meios para a construção e apresentação do objeto, valorizando a aprendizagem.

Por sua vez, o desenho universal ou desenho inclusivo, tem origem na arquitetura e busca minimizar de diferentes maneiras as barreiras arquitetônicas enfrentadas pelas pessoas, gerando acessibilidade. O tema foi incorporado a educação em seus processos de ensino e aprendizagem no campo da educação inclusiva. A compreensão e conceitos do DUA foram difundidos por pesquisadores do Center for Applied Technology (CAST), nos Estados Unidos na década de 1990. “Os princípios do DUA assumem objetivos e estratégias para uma proposta didática de ensino, que visa a satisfazer as necessidades de aprendizagem de um maior número de alunos em sala de aula” (PRAIS, 2016, p. 56).

Os pesquisadores reconheceram, a partir de estudos da neurociência, três áreas de funcionamento do cérebro importantes para a aprendizagem: reconhecimento (o que), estratégia (como) e efetiva (porque para que).

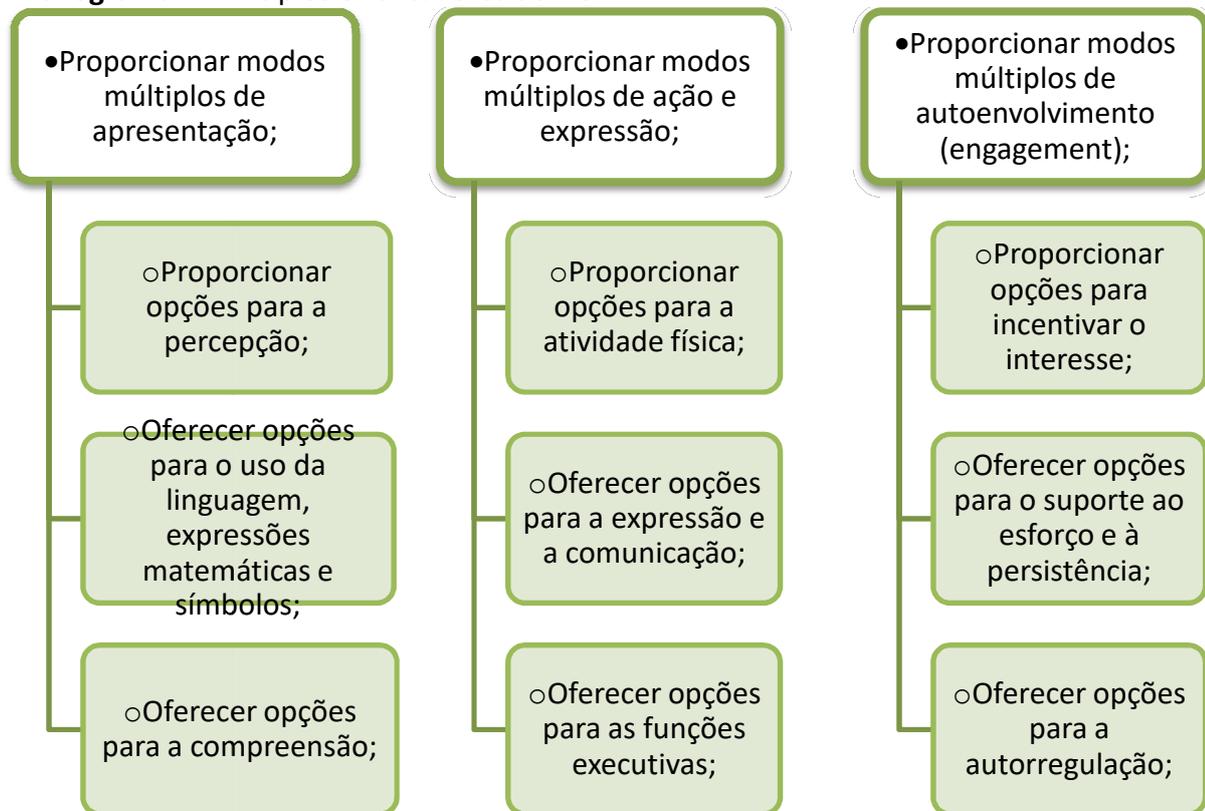
Figura 3 - Áreas do cérebro



Fonte: CAST.

São princípios orientadores do DUA

Fluxograma 1 Princípios orientadores do DUA



Fonte: (CAST, 2011):

A partir do diálogo entre os referenciais teóricos apresentados acima, a pesquisa busca chegar aos seus objetivos, contribuindo para a produção acadêmica no campo do ensino da musicografia braille para pessoas com deficiência visual.

Metodologia

Esse trabalho está inserido no campo da pesquisa em ensino de artes/música, a partir de um paradigma pós-positivista, de realidade múltipla (FORTIN; GOSSELIN, 2014, p. 4). Apoiar-se na abordagem qualitativa, por buscar compreender os fenômenos, possuir um caráter interpretativo, e por entender a subjetividade como aspecto importante para a produção do conhecimento científico (PENNA, 2015).

A proposta metodológica parte de uma reflexão do pesquisador, com princípios de autonomia, criatividade e rigor, entendendo a pesquisa em si como um ato político/social (SEVERINO, 2007).

Esta pesquisa utilizar-se-á da Pesquisa-Ação como estratégia metodológica, por se alinhar diretamente com os objetivos da proposta, onde o pesquisador (docente) desempenhará um papel ativo na resolução dos problemas, acompanhamento e avaliação da pesquisa. (THIOLENT, 2011, p. 21)

Após a organização da proposta, a mesma deverá ser avaliada por um grupo de pessoas diretamente relacionadas com o produto: um estudante de música com deficiência visual (cursos livres ou técnicos); um estudante de graduação em música com deficiência visual; um professor de música que atue em escolas especializadas; e um professor de graduação em música. Seguindo o processo avaliativo que será realizado por meio de formulário online, os mesmos devem conceder entrevista semiestruturada. Os dados obtidos pela pesquisa em diálogo com o referencial teórico, comporão os resultados do presente trabalho.

Referências

ARAÚJO, Rosane C. Formação docente do professor de música: reflexividade, competências e saberes. In: *Música Hodie*, 2006 vol.6 n.2, p. 141-152. Disponível em: http://www.musicahodie.mus.br/6_2/musica_hodie_6_2_artigo_9.pdf. Acessado em: 30 de jan. 2020.

BEZERRA, Edibergon Varela. Música e deficiência visual: os processos de aprendizagem musical no projeto esperança viva. 2016. Dissertação (Mestrado em Música) Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa. *Do toque ao som: o ensino da musicografia braille como um caminho para a educação musical inclusiva*. 2010. 280 f. Tese (Doutorado em Música) Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Presidência da República*. Institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

CAST. Design for learning guidelines – *Desenho universal para a aprendizagem*. APA Citation: CAST, 2011. (Universal version 2.0. - www.cast.org / www.udlcenter.org – tradução). Disponível em: http://www.udlcenter.org/sites/udlcenter.org/files/Guidelines_2.0_Portuguese.pdf >. Acesso em: 15 abr. 2020.

FORTIN, S.; GOSSELIN, P. Considerações metodológicas para a pesquisa em arte no meio acadêmico. *ARJ – Art Research Journal / Revista de Pesquisa em Artes*, v. 1, n. 1, p. 1-17, 4 maio 2014.

LEMOS, E. R.; CERQUEIRAS, J. B. O Sistema Braille no Brasil. *Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, ano 20, edição especial, p. 23-28, nov. 2014.

LOURO, V. S. *Educação musical e deficiência: propostas pedagógicas*. São José dos Campos: Estúdio dois, 2006.

MEYER, A.; ROSE, D.; GORDON, D. *Universal design for learning (UDL)*. Estados Unidos: CAST, 2002.

PENNA, Maura. *Construindo o primeiro projeto de pesquisa em educação e música*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PRAIS, J. L. S. *Formação inclusiva com licenciandas em pedagogia: ações pedagógicas baseadas no Desenho Universal para a Aprendizagem*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza – PPGEN).

Londrina, PR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2016.

REILY, L. Músicos cegos ou cegos músicos: representações de compensação sensorial na história da arte. *Cadernos CEDES*, Campinas, v.28, n.75, maio/ago. 2008.

SCHÖN, Donald A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Rafael Moreira Vanazzi de. *Particularidades da musicografia braille para o auxílio de novas metodologias de ensino*. 2014. Dissertação (Mestrado em Fundamentos Teóricos) Programa de Pós Graduação em Música. Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas UNICAMP. São Paulo, 2015.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2011.

TOMÉ, Dolores. *Introdução à musicografia Braille*. São Paulo: Global, 2003.

TUDISSAKI, Shirlei Escobar. *Ensino de música para pessoas com deficiência visual*. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2015.